

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Livros para desemburrar ou calçar pé de mesa? A circulação da cultura letrada em Nossa Senhora do Desterro, Século XVIII.

Felipe Matos*

Resumo: O presente artigo pretende evidenciar um gradual aumento da circulação de cultura letrada na ilha de Santa Catarina em meados do século XVIII. Pretende-se também analisar a remessa dos livros da Tipografia do Arco do Cego para a cidade em 1799, caracterizados pela historiografia como inúteis e exemplos do atraso e do isolamento da ilha.

Palavras-Chave: Ilha de Santa Catarina – Século XVIII – Tipografia do Arco do Cego.

Abstract: The present article pretend evident a gradual augmentation of circulation in Saint Catharine's Island in half XVIII Century. Pretend also analyze the remittance of books from the Typographic Arco do Cego for the city in 1799, characterized by historiography like inutile and example of the isolation of the island.

Keywords: Saint Catharine's Island - XVIII Century - Typographic Arco do Cego.

Assim como toda história, a História da Leitura obviamente se dá no campo do mutável, diz respeito a práticas e sociabilidades difíceis de aferir, de marcar com a exatidão dos pesos e medidas que muitas vezes de forma pretensiosa é almejada ao se iniciar qualquer pesquisa. Reconhecendo as dificuldades de se perceber como a cultura letrada afeta o comportamento humano, este artigo não busca perceber o momento exato em que o primeiro manuscrito, a primeira letra impressa, o primeiro leitor cruzou o estreito e fincou bandeira na ilha.

O que procuro aqui é tentar verificar a consolidação da circulação desta cultura letrada na ilha de Santa Catarina a fim de ir de encontro ao discurso que construiu a imagem de uma Florianópolis ilhada geográfica e culturalmente dos grandes centros brasileiros, como se a dinâmica interna de uma cidade pudesse ser reduzida à caricatura de um rádio velho fora de sintonia com seu tempo. Sem querer construir a ilusão de uma ilha imaginária que seja um caldeirão efervescente de cultura, busco - pelas fontes e bibliografia disponíveis encontradas ao longo da pesquisa – aferir a “sintonia” da ilha com os fatos de seu tempo ainda a partir de meados do século XVIII quando a ilha de Santa Catarina estava inserida como parte

* Mestrando em História Cultural pela UFSC. Bolsista do CNPq.

integrante da expansão territorial do império português no Atlântico Sul.

Após a criação oficial da capitania em 1738, seu primeiro governador, o brigadeiro José da Silva Paes, empenhou-se em estabelecer os meios de se manter a ordem colonizadora e sua hierarquização político-militar através da edificação de um sistema de fortificações na ilha e no continente próximo; além da criação de um Regimento de Infantaria de Linha. Era necessário, contudo, povoar o litoral catarinense com imigrantes portugueses que pudessem garantir a Portugal a posse das terras. Entre 1748 e 1756 cerca de seis mil imigrantes provenientes das Ilhas dos Açores e da Madeira desembarcaram na Ilha de Santa Catarina, causando um significativo impacto demográfico com o aumento de 140% da população que até então contava com cerca de 4.194 habitantes (DALLABRIDA, 2004: 139).

Neste tempo os esforços políticos e econômicos estavam direcionados para os objetivos militares da Coroa portuguesa no Atlântico Sul em detrimento das atividades agrícolas e comerciais que serviam, sobremaneira, para a manutenção dos soldados e da incipiente burocracia administrativa que se formava. Dom Pernetty, membro da expedição de Bougainville que aportou em Santa Catarina em 1763, atestava em seu relato da viagem que na vila de Desterro não se via “nenhuma tenda de mercador”, encontrando-se apenas uma marcenaria e um boticário, além de comentar sobre a ausência do maquinário industrial para a separação das sementes de algodão já em uso nas Antilhas e que aparentemente ignorava-se por aqui (PERNETTY, 1996: 75-108).

Em meados da década de 1750 se fundou em Nossa Senhora do Desterro um colégio jesuíta, a funcionar na residência jesuítica localizada na praça central da cidade, ao lado da Câmara Municipal. O estabelecimento destes padres oriundos da Companhia de Jesus visavam à doutrinação dos imigrantes e o ensino da doutrina e das letras às crianças do sexo masculino¹. Segundo documentação da Companhia de Jesus estudada por Norberto Dallabrida, em 1754 a escola era freqüentada por cinquenta alunos quando uma provisão régia determinou que o governo da capitania suspendesse os mantimentos que eram doados aos padres, medida tida como um sintoma da política antijesuítica do pombalismo que passaria a dominar a cena política e religiosa na década de 1750 (DALLABRIDA, 2004: 136).

Com a saída dos padres jesuítas de Desterro, deportados para o Rio de Janeiro em 1758 (DALLABRIDA, 2004: 138), parece que não foram criadas instituições de ensino até os primeiros anos do século XIX. Em suas memórias, o governador Paulo José Miguel de Brito

¹ Este Colégio, segundo Walter Piazza, teve também uma Biblioteca de que se serviam os seus alunos. Contudo, segundo o autor, “a propósito desta Biblioteca tem-se informações muito parcimoniosas” (PIAZZA, 2000/2001: 90).

destacou ser de:

(...) sobremaneira apoucada a educação publica nesta Capitania: nela não ha sociedade alguma literária, não ha colégios, nem seminários; apenas um Professor Régio de Gramática Latina na Vila Capital; e algumas escolas de primeiras letras são os únicos meios de instrução que couberam em partilha a estes desgraçados povos, que pela maior parte fora das Vilas não sabem ler, nem escrever. Contudo ha na Capital muitas pessoas que tem instrução (que elas não adquiriram no país), sendo certo que os homens ricos que querem dar melhor educação a seus filhos os mandão para esta Corte; porem aqueles que não tem posses para fazer as despesas necessárias a este fim; também não tem a satisfação de que os filhos saibam mais do que o que podem aprender dos tristes mestres que ha na Capitania. Qual será, pois a aplicação que se terá feito do tributo que pagão estes povos ha tantos anos, denominado subsidio literário? (BRITO, 1892: 72)

Três pontos aqui merecem particular atenção. Primeiro, a menção ao Professor Régio de Gramática Latina que se encontrava em Desterro. Ainda segundo Dallabrida, não sem certa resistência a política pombalina substituiu os colégios jesuíticos por “aulas régias” de latim, grego e retórica, tanto em Portugal quanto nas áreas coloniais (DALLABRIDA, 2004: 138). Há registros que demonstram que em 1795, a cadeira de Língua Latina na ilha de Santa Catarina era ocupada pelo padre Francisco José Ferreira Rodrigues², assim como o Padre-Mestre Francisco José Ramos que desde 1789 lecionava latim e gramática, sendo promovido em 1805 a Professor Régio da Cadeira de Latim, em Desterro (PIAZZA, 2000/2001: 92).

O segundo ponto é a presença em Desterro de “muitas pessoas que tem instrução”, configurando-se na sociedade local uma crescente elite letrada formada na Corte e que se reproduz ao enviar seus descendentes a centros cuja instrução pública estava mais consolidada. Esta elite letrada se constitui em sua maioria na burocracia das instituições públicas instaladas na Capital, a cargo das tarefas de comunicação entre a metrópole e as sociedades coloniais. Em um espaço onde a educação não era acessível a todos, onde não se desenvolveu escolas, universidades, ou qualquer forma de caldeirão intelectual – contudo, nem por isso pode-se estigmatiza-la de “atrasada” já que esta situação no Brasil colônia era praticamente regra e não exceção – o que se percebe é uma das principais tarefas a que se espera dessa classe letrada, além das exigências de uma vasta administração colonial: a formação e a (re)produção de uma elite que deveria dirigir a sociedade a serviço do Estado.

Não á toa que em 1769 o Governador de Santa Catarina informava ao Vice-rei,

² AVISO (minuta) do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar Luís Pinto de Sousa Coutinho], ao [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Resende, Antônio José de Castro, autorizando a ordem para manter o padre Francisco José Ferreira Rodrigues como professor da cadeira de Língua Latina da ilha de Santa Catarina. 1795, Novembro, 6, Queluz. Arquivo Histórico Ultramarino (FLORES, M. B. R. & SERPA, E. C. 2000).

Conde de Azambuja, que por aqui não havia “letra de formados”, que os letrados eram muito poucos e o que havia era um tipo de gente sem diploma algum e que por muitos anos assinava com uma cruz documentos como as atas da Câmara de vereadores (CABRAL, 1979: 91). A preocupação do Vice-Rei era justificável, pois a presença de uma classe letrada, por menor que fosse, era indispensável para o estabelecimento das exigências colonizadoras, sejam elas administrativas, militares, comerciais ou religiosas.

Para levar adiante os empreendimentos da metrópole tornava-se indispensável que as cidades que eram sedes de delegação dos poderes, dispusessem de um grupo social especializado ao qual encomendar esses encargos. Era o caso dos juizes de demarcações de terras e sesmarias os quais necessitava o Vice-rei e que por aqui não os encontrou. A constatação de Paulo José Miguel de Brito de que havia na Capital um bom número de “pessoas que tem instrução” demonstra um salto quantitativo da formação e participação desta elite letrada nos desígnios da cidade, sobretudo após a devolução aos portugueses da ilha de Santa Catarina conquistada pelos espanhóis em 1777, como veremos adiante.

Por fim, cabe destacar na fala de Paulo José Miguel de Brito a sua indagação final: “Qual será, pois a aplicação que se terá feito do tributo que pagão estes povos ha tantos anos, denominado subsidio literário?”. Walter Piazza, um de nossos únicos historiadores a se dedicar ao assunto, afirma que o subsídio literário – imposto criado em meio a Reforma Pombalina em 1772 e destinado a fazer face às despesas do ensino, recaído sobre o vinho, a aguardente e demais bebidas “espírituosas” – teve diminuta aplicação no território brasileiro, tendo sido enviado ao cofre dos Rendimentos Gerais grande parte do que fora arrecadado (PIAZZA, 2002: 59-75).

Ressalta-se ainda que do dinheiro arrecadado e efetivamente gasto com a Reforma Pombalina no ensino, grande parte foi distribuído nos Estados do nordeste e do sudeste brasileiro, não atingindo o território ao sul de São Paulo. Para Piazza, um dos motivos para esta falta de investimentos durante o século XVIII se deve ao fato de que “a verdadeira estruturação e consolidação das comunidades meridionais tem lugar após a reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis (1776) e a devolução da Ilha de Santa Catarina aos portugueses (1778)” (PIAZZA, 2002: 75).

De fato, as circunstâncias que sucederam a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em outubro de 1777 – a buscar o fim das disputas entre Portugal e Espanha pelos limites territoriais na América – proporcionou a Nossa Senhora do Desterro um lento, mas gradual surto de desenvolvimento. Nos meses que seguiram à “reconquista” da Ilha de Santa Catarina pelos portugueses foi nomeado pelo vice-rei do Brasil, marquês do Lavradio, para

recebê-la e reestruturá-la, Francisco Antonio da Veiga Cabral, então Coronel do Regimento da Bahia.

Com boa localização geográfica, rodeada de portos e enseadas navegáveis, desfrutando boas águas, madeiras, terrenos férteis e alimentos abundantes de variados gêneros com os quais se poderia fazer comércio e abastecer o sustento diário de seus habitantes, a Capitania foi considerada por Veiga Cabral como “muito promissora”. Era necessária, contudo, uma forte alteração dos costumes do povo, até aquele momento pouco adaptado as normatizações e racionalizações pretendidas para o estabelecimento de uma nova paisagem urbana. Segundo Maria Bernardete Ramos Flores, achava-se ser necessário “gente, meios e ardor de um espírito pátrio que soubesse promover aqueles úteis estabelecimentos”, necessitando-se da execução imediata do que se considerava “eficazes remédios” para o desenvolvimento da Capitania:

Constância nas suas resoluções; praticar muita caridade e humanidade com os pobres; ser prudente; não se satisfazer em dar as ordens, mas ir de tempo em tempo ver se elas se executam; vigiar sobre as pessoas mais poderosas para que estas não oprimam e não vexem os mais pobres e pequenos; dar toda atenção para providenciar benefícios para os pobres, tirando da indigência os que nela viverem; castigar os culpados quando fosse preciso para que todos respeitassem as leis do Soberano e para que os povos vivessem em sossego; ouvir com muita paciência a todos, porém persuadi-los sempre a seguir as resoluções do governo (PIAZZA, 2002: 119).

A força de articulação da pequena elite letrada se fazia presente ao impor-se pela pena e pela oratória. O período parece marcar o momento em que esta elite toma as rédeas para reger e conduzir a sociedade. Cidade porto e sede administrativa, Desterro fixava na vida da comunidade as fronteiras civilizadoras que, ao mesmo tempo, impediam a opressão dos mais pobres e exerciam sobre eles seu poder de vigilância; como bons cristãos concediam benefícios aos indigentes e puniam os que pecassem contra a ordem da estrutura sócio-econômica e cultural que seu poder garantia; ouvia a todos com paciência e boas maneiras para em seguida persuadí-los pelo verbo.

Havia, inclusive, planos do marquês de Lavradio de manter em Santa Catarina sócios colaboradores de sua academia científica, criada em 1772 no Rio de Janeiro sob a proteção de Pombal, a reunir médicos, cirurgiões, boticários, farmacêuticos e “alguns curiosos” com o intuito de encontrar “todas as coisas pertencentes aos três reinos vegetal, animal e mineral, fazendo-se-lhes todas as análises e mais observações que couberem no possível³”.

³ *Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776*, carta de 6 de Março de 1772 (SILVA, 1999: 27).

Como parte deste plano de desenvolvimento da ilha, houve novo incentivo a povoação da capitania feita com homens acostumados a trabalhar na terra. Casamentos foram estimulados e promovidos. Todos que casassem deveriam ganhar uma porção de terra para cultivar. Quem tivesse terras e possuísse meios de cultivá-las deveriam arrendá-las ou aforá-las. Com ajuda da Fazenda Real, o governo distribuiu sementes para sustentar o primeiro ano de cultivo, bem como providenciou os instrumentos necessários para o trabalho. A ordem para prosperar era “povoar, plantar e defender a possessão do rei” (FLORES, 2004: 121).

Neste fim de século de incentivo à agricultura aportaram na ilha uma série de livros vindos de Lisboa para serem vendidos na sede da Capitania no ano de 1799. Osvaldo Cabral narra com fina ironia o episódio desta remessa de livros enviados pelo Vice-Rei ao Governador para serem comercializados “a fim de instruírem seus habitantes”. Segundo Cabral,

Não eram cartilhas, livros de primeiras letras, para desemburrar – mas obras mais avançadas, algumas técnicas, outras literárias, que, de graça, os moradores seriam capazes de aceitar, para calçar algum pé de mesa mais curto, em chão desnivelado, mas, pagas, nem para ver as figuras, se é que as tinham, seriam capazes de adquirir (CABRAL: 1979: 91)..

Para Cabral, o então o Governador João Alberto Miranda Ribeiro deve ter sacrificado seu soldo a fim de adquirir todas obras enviadas e proteger algum livreiro amigo do Vice-rei em Lisboa, pois todos os livros foram vendidos, mas dificilmente foram lidos. Entre os livros que Cabral considerava “encalhados em Lisboa” e que aqui se tornaram “best-sellers” – ironicamente falando, claro – estavam títulos como *A Cultura do Tabaco nos Estados Unidos*, *Tratado de Pasigrafia*, *Mineralogia de Bergmann*, *Helmintologia Portuguesa*, *Cultura do Cânhamo*, *Pensões Vitalícias*, *A Memória sobre o Queijo Rochefort*, *Considerações Cândidas sobre a natureza do Açúcar*, *Arte de Fazer Cola*, entre outras que chegaram nas três remessas enviadas.

Cabral não acreditava que tivessem tido um só leitor: “nem mesmo o Canto Heróico, de Bocage. Ainda se fossem as anedotas, vá lá” (CABRAL: 1979: 93). Na falta de algum estudo historiográfico que se dedicasse a uma revisão sobre o episódio desta remessa de impressos, tais livros tornaram-se motivo de pilhéria e símbolos do atraso e do isolamento cultural de Desterro. Contudo, vale a pena dissecar alguns pontos do discurso de Cabral a fim de corrigir algumas imprecisões causadas, certamente, pelo desconhecimento por parte do autor sobre a origem dos livros.

Em primeiro lugar, ao contrário do que foi sugerido por Cabral, não havia, à

época, nada mais moderno e atual para uma capitania do que receber pelo porto os caixotes de livros enviados pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Tais obras demonstram a circulação em Santa Catarina dos livros da Casa Literária do Arco do Cego, projeto de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro do Ultramar do Estado português, que incumbiu o Frei Mariano da Conceição Veloso de juntar e transladar em português - por meio da publicação de livros - todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil para o melhoramento da sua economia rural e das fábricas que dela dependem, com a finalidade de espalhar “conhecimentos úteis”, técnicas modernas e idéias científicas que arrancariam “a colônia do atraso em que se encontrava” (MORAES, 2006:79).

A intenção era aproveitar de forma racional as riquezas naturais do Brasil por intermédio de técnicas modernas adotadas em outros países. Vale lembrar que nos fins do século XVIII Portugal vivia a reforma feita por Pombal na Universidade de Coimbra, em sua tentativa de romper com os padrões acadêmicos vigentes, de pendor exclusivamente literário, passando a gestar uma nova geração de estudantes com formação científica moderna (SILVA, 1999: 184).

Segundo Borba de Moraes, o ambiente na metrópole era favorável aos estudos de ciências naturais. Havia a necessidade de demarcar os limites do Brasil o que originou dezenas de expedições científicas tais como se faziam na França e na Inglaterra. Brasileiros como José Bonifácio de Andrada e Hipólito da Costa ganhavam bolsas de estudos no exterior. Demais brasileiros que residiam no exterior e formados em centros universitários como os de Coimbra, Edimburgo e Montpellier comungavam com os ideais iluministas e se interessavam entusiasticamente pelo pensamento da intelectualidade do Ocidente europeu. Foi neste ambiente que floresceu o projeto para a publicação de livros de divulgação de novas técnicas e culturas “capazes de promover o progresso do Brasil” (MORAES, 2006:80).

D. Rodrigo de Sousa Coutinho logo convidou Frei Veloso para assumir a direção da Oficina Tipográfica, Tipoplástica e Calcográfica do Arco do Cego. Tal empresa, nascida de um projeto político com aspirações iluministas de se operar reformas no Reino conseguiu articular os interesses metropolitanos com os das elites coloniais. Cabe aqui ressaltar que ganhava força entre as elites coloniais os ideais liberais perceptíveis em movimentos como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), além dos movimentos nativistas ocorridos na primeira metade do século XVIII, os ecos da Revolução Francesa, da Independência Norte-Americana, e o temor provocado pela revolta dos escravos de São Domingos em 1792, na Ilha de Santo Domingo (Haiti).

Como bem percebeu Robert Wegner, D. Rodrigo de Sousa Coutinho conseguiu

incorporar membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do “atraso” português (WEGNER, 2004: 132). Grande parte daqueles jovens brasileiros que se encontravam na Metrópole gravitavam em torno de Mariano Veloso e estavam inseridos nas redes de sociabilidades político-letradas da época. Muitos deles acabaram por fazer inúmeras traduções ou mesmo editaram pelos prelos da tipografia do Arco do Cego suas próprias edições.

Pela primeira vez a ciência ocupava um papel central num projeto do Estado português para a colônia, que realizava pesquisas de gêneros da natureza economicamente exploráveis e a atualização de suas técnicas agrícolas. Em sua “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”, escrita possivelmente entre 1797 e 1798, D. Rodrigo de Sousa Coutinho já delineava os princípios fundamentais da administração colonial pretendida. Para ele, o sistema político a ser adotado pela Coroa para conservar a colônia americana deveria estar calcado na agricultura e na extração de bens naturais brasileiros, “tirando da sua extensão, situação e fertilidade todos os partidos que a natureza nos ofereça” (SILVA, 1999: 184).

Ao longo de seus três anos de existência (1799-1801) saíram das impressoras da Casa Literária do Arco do Cego mais de oitenta obras - todas elas marcadas por grande sofisticação gráfica – que contribuíram para que o Estado português não desempenhasse apenas um papel de agente econômico e político, mas também o de agente cultural ao determinar a divulgação científica como pedagogia corretiva dos interesses e técnicas agrícolas e naturalistas, incentivando seu aperfeiçoamento e sua adaptação às condições locais da colônia.

Os gastos foram exorbitantes: mandou comprar prelos, grande quantidade de tipos novos em substituição dos velhos caracteres portugueses fora de moda, vindo da França os mais modernos, os de Didot. Junto à tipografia foi criada uma escola de gravura para ilustração dos livros e uma fundição de tipos (MORAES, 2006:81). Frei Veloso gastava a largo, expandiu a oficina, mandou fazer diversas traduções e a seu tempo se imprimiram todas as obras principais e de grande custo disponíveis então. Mantinha cerca de sessenta funcionários regulares, além daqueles contratados para trabalhos esporádicos (CUNHA, 1976).

Ao que parece, as obras enviadas à ilha de Santa Catarina correspondem tanto ao projeto de D. Rodrigo e Frei Veloso quanto ao de Veiga Cabral e do Marquês do Lavradio iniciado no final da década de 1770, que como vimos, visava promover o desenvolvimento da capitania através do incentivo a produção agrícola: “povoar, plantar e defender a possessão do

rei”. Não à toa que folhetos como o *Discurso sobre o melhoramento do arado* foram aqui distribuídos gratuitamente, tal como feito na província de São Paulo (SILVA, 1999: 106).

Era latente a necessidade de instrução prático-científica numa capitania que até então não estava voltada para estas preocupações, como demonstra carta do marques de Lavradio enviada ao governador Veiga Cabral anos antes da chegada dos livros, informando que mandara examinar na Inglaterra umas sementes de cochonilha. Para conseguir bom resultado haveria de ter gente que soubesse lidar com a terra, tratá-la para o cultivo e fazer a colheita no tempo certo: “como não tinham quem os instruisse na produção de cochonilha, o governador deveria aproveitar as diferentes experiências, que era o que ensinava” (FLORES, 2004: 120-121).

O tempo passou, Veiga Cabral fora substituído no governo da capitania, edificações foram feitas, estradas foram abertas, o porto e o comércio continuaram a se desenvolver com a exportação de madeira, farinha, aguardente, arroz, açúcar, azeite-doce, amendoim, café, carne-seca, feijão, sal, entre outros produtos. No resto do Brasil, além das minas de ouro e diamantes e a extração de madeiras, já existiam as culturas de cana de açúcar, cacau, café, índigo, arroz, linho cânhamo, além das novas culturas da canela e do trigo (SILVA, 1999: 184). Não é de se estranhar, portanto, a circulação de tais livros em Santa Catarina.

Um olhar mais atento sobre os livros remetidos poderá perceber algumas das culturas que mereceram maior destaque: sobre a cultura do linho e do cânhamo foram mais de duzentos exemplares enviados, sendo que há décadas já se havia uma incipiente tentativa de produção de algodão na ilha, como atestam relatos de viajantes como o de Dom Pernetty, datado de 1763 e já anteriormente citado (PERNETTY, 1996: 106).

Aportaram também por aqui exemplares do *Fazendeiro do Brasil*, publicação voltada para a colônia, como o próprio título explicita. Consistiam em cinco tomos organizados em dez volumes, todos com prefácios redigidos por frei Veloso, alguns dizendo respeito a gêneros já cultivados como açúcar, café e linho cânhamo – enviados para Santa Catarina – e outros representando gêneros que poderiam ser introduzidos na economia rural da colônia, como a canela, ao cravo-da-índia e a noz-moscada (WEGNER, 2004: 133). Há ainda o envio de cinquenta exemplares sobre o *Extrato de Salitre*, matéria prima necessária para a fabricação de pólvora e que, segundo Wegner, havia se tornado prioridade na nova política colonial (WEGNER, 2004: 137).

Não há, portanto, razões para se manter o estereótipo da inutilidade dos livros e do atraso que a circulação deles por estas terras representaram. A circulação destes livros em

Desterro, ainda em 1799, primeiro ano das atividades do Arco do Cego, demonstra também que quando se instalou no Rio de Janeiro a tipografia da Impressão Régia, em 1808, já havia, inclusive em Desterro, um comércio de produtos impressos relativamente ativo, embora muito restrito pelas condições sociais e políticas de então. Não há como afirmar, como o faz Cabral de forma ácida, de que nenhuma das obras foram efetivamente lidas, pois não havia aqui quem “as lesse, digerisse e entendesse” (CABRAL, 1979:93). Tal afirmação é uma conjectura, e como tal, o vento da suposição pode soprar em direção a diferentes humores.

Sobre a recepção às obras na ilha de Santa Catarina, há dados que comprovam que quantia significativa foi distribuída apesar do baixo numero de letrados, como demonstra ofício do governador Joaquim Xavier Curado:

Devo dizer a Vossa Excelência que não me foi possível completar ainda toda a distribuição dos referidos livros, porque a maior parte dos homens que neste país se aplicam à cultura o fazem mais por [?] íntima, que praticamente tem aprendido uns dos outros, do que por princípios fundamentais que tenham adquirido com a lição de livros que os possam instruir neste importantíssimo objeto, pois que a maior parte deles, nem no menor sabem ler. O que não obstante sempre espero ultimar a sobredita distribuição logo que se tenham feito as necessárias contribuições a respeito de seu conteúdo, conforme as ordens que me foram positivamente dirigidas no ofício de vinte e três de dezembro em que já em cima falo. E então terei a honra de enviar o resto da importância de que ainda falta, para completar na total remessa que me veio da Corte⁴.

A dificuldade de se avaliar o resultado que a iniciativa de remeter os livros do Arco do Cego ao Brasil colonial não é “privilégio” apenas da capitania de Santa Catarina. Dos mais de 1.700 estudantes brasileiros formados em Coimbra durante o século XVIII, cerca de 60% sitiavam nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro, sendo que nelas viviam menos de 25% da população. Bem recebidas ou não, a recepção a tais obras não haveria de ser diferente de outras capitanias localizadas à margem dos principais centros urbanos de então.

Cabe ressaltar que não havia a expectativa por parte de Frei Veloso de que a venda de livros sustentasse o empreendimento do Arco do Cego. Se os livros do Arco do Cego não resolveram os problemas da agricultura brasileira, e tampouco os de Santa Catarina, certamente não se deve ao fato de que os livros não serviam nem para calçar um pé de mesa mais curto e sim porque tais problemas são tão complexos que não podem ser resolvidos com a simples publicação de livros.

Sabe-se também que o governador João Alberto Miranda Ribeiro não sacrificou

⁴ OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina], coronel Joaquim Xavier Curado, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo] sobre o pagamento dos livros que a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar enviou para esta ilha. 1801, Junho, 20, vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina. Arquivo Histórico Ultramarino. (FLORES, M. B. R. & SERPA, E. C. 2000).

seu soldo a fim de adquirir todas as obras e proteger algum livreiro amigo do Vice-Rei em Lisboa, como afirma o chiste de Cabral. E digo isto não apenas por duvidar do fato de que o governador poderia bancar toda a soma dos valores das centenas de exemplares para cá enviados, mas simplesmente porque João Alberto Miranda Ribeiro faleceu antes mesmo de se efetuar o pagamento de toda a quantia devida pelos impressos, sendo substituído provisoriamente por uma Junta Governativa já em 1799⁵.

Outro ponto do discurso de Cabral que merece ser problematizado é quando o autor de Nossa Senhora do Desterro brada contra a falta de cartilhas e livros de primeiras letras "para desemburrar" o povo da capitania entre os livros para cá remetidos, apesar de constar o envio de cinquenta exemplares do *Catecismos da Língua do Brasil*, cinco exemplares da *Arte da grammatica da língua do Brasil* e do *Dicionário da Língua Geral do Brasil* além de vinte e cinco exemplares de *História da América*.

Certamente estas dezenas de livros não foram o suficiente para a instrução de todos os habitantes da capitania, mesmo porque dificilmente foram distribuídas nas escolas. Não haveria de ser diferente, pois, no Brasil, até meados do século XIX eram escassos os livros didáticos, sem mencionar as condições de ensino das poucas escolas. O que muito se usava como instrumento didático eram textos manuscritos feitos pelos próprios pais e professores, além de cartas, ofícios e documentos de cartório ou administrativos, enfim, o material impresso ou manuscrito que havia à mão (BATISTA, 2005: 87).

A falta de livros de literatura, também reclamada por Cabral, não deixa de ser exagerada, pois tais livros gozavam de reduzida circulação durante o século XVIII no país. Data de 1770 o Edital da Real Mesa Censória versando sobre a proibição dos livros de prosa de ficção e, mais especificamente, dos romances, uma vez que – na perspectiva dos órgãos censórios – os filósofos das Luzes fizeram de suas obras de ficção veículos de difusão de seu programa. A remessa de livros de prosa para o Brasil ficou ainda mais complicada quando por determinação de D. José I a Real Mesa Censória obrigou os juízes de alfândegas remeterem todos os livros que achassem para a casa da revisão, devendo os indivíduos que estivessem a transportar ou a remeter livros a terceiros listá-los num catálogo (VILLALTA, 2005: 161-181).

Obviamente seria ingenuidade pensar que todo o movimento de livros era

⁵ OFÍCIO da Junta Governativa da ilha de Santa Catarina, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre estarem governando desde o falecimento do governador da ilha de Santa Catarina, tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro; sobre o envio dos ofícios acerca da recepção de impressos relativos a instrução dos habitantes do Brasil na agricultura e outros objetos. 1800, Fevereiro, 1, vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina. Arquivo Histórico Ultramarino. (FLORES, M. B. R. & SERPA, E. C. 2000).

submetido à avaliação dos órgãos censórios uma vez que a rigidez da fiscalização poderia variar de acordo com as orientações governamentais e o contrabando foi correntemente utilizado como estratégia deliberada de comerciantes e leitores para se fazer circular os livros proibidos, como demonstram estudos recentes de pesquisadores como Luiz Carlos Villalta. Ademais, apenas a partir do século XIX haverá um fluxo maior de obras de literatura circulando pelo país, coincidindo em parte com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

A dependência de fornecedores externos de livros e produtos impressos, e o controle de sua circulação, como afirma Bragança, “dificultavam, mas não conseguiam impedir o atendimento das demandas dos leitores” (BRAGANÇA, 2002: 66). A abertura dos portos para o livre comércio de produtos europeus, em 1808, e a suspensão da censura, em 1821, foram dois fatores decisivos para a entrada no país de uma grande variedade de títulos e autores, apesar da quantidade de exemplares não ser alta devido ao baixo número de leitores (VASCONCELOS, 2005: 203).

Se ao fim do século XVIII há a possibilidade de aferir o aumento, ainda que de forma restrita, da circulação de produtos impressos em Desterro, a partir do século XIX começarão a pulular registros de leitores que de alguma forma deixaram indícios de suas práticas de leitura.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Papéis velhos, manuscritos impressos: paleógrafos ou livros de leitura manuscrita. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e prática*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB; São Paulo, S: Fapesp; 2005.
- BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à História Editorial Brasileira. In: *Cultura – Revista de História e Teoria das Idéias*. Vol. XIV (Separata). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina escrita no Rio de Janeiro em o ano de 1816*. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias, 1829.
- CABRAL, Osvaldo. *Nossa Senhora do Desterro. Memória 2*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CUNHA, Lygia da Fonseca F. da. *Oficina Tipográfica, Calcográfica e Litográfica do Arco do Cego, Lisboa*. Rio de Janeiro: Ed. Fontana, 1976.
- DALLABRIDA, Norberto. “O colégio jesuítico da vila do Desterro e a expansão portuguesa no Atlântico Sul”. In: BRANCHER, Ana & AREND, Sílvia. *História de Santa Catarina. Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina, 1777*. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

FLORES, M. B. R. & SERPA, E. C. *Documentos Manuscritos avulsos da Capitania de Santa Catarina (1717-1827)*. Brasília: Ministério da Cultura, 2000.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PERNETTY, Antoine Joseph. “Histoire d’un voyage aux isle Malouines (...)”, in: HARO, Martim (org.). *Ilha de Santa Catarina. Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis, EDUFSC: Lunardelli, 1996.

PIAZZA, Walter. “O subsídio literário e a sua aplicação no Brasil”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3ª Fase. Nº 21. Florianópolis: IHGSC, 2002.

PIAZZA, Walter. “Por uma História Cultural Catarinense”, in: *Revista da Academia Catarinense de Letras*. Nº 16. Florianópolis: ACL, 2000/2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

VASCONCELOS, Sandra G. T. Caminhos do romance inglês no Brasil do século XIX. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e prática*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB; São Paulo, S: Fapesp; 2005. p. 203.

VILLALTA, Luiz Carlos. A censura, a circulação e a posse de romances na América Portuguesa (1722-1822). In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e prática*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB; São Paulo, S: Fapesp; 2005.

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. In: *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos, Vol. 11 (suplemento 1), 2004. p. 132.